

CONSTITUINTE

“Centrão” obtém 317 assinaturas para os...

por Cristino Magalhães de Brasília (continuação do 19 página)

As disposições transitórias do projeto constitucional, determinando que, enquanto a lei complementar não for promulgada, a indenização compensatória corresponderá ao valor da multa de 50% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) recolhido pelo empregador na vigência do contrato. Esse dispositivo, se aprovado, terá eficácia imediata aos contratos em vigor em 1º de janeiro de 1966.

O acordo, que valerá somente para a votação, ainda tem uma divergência básica referente ao valor da multa. Para facilitar um entendimento, ficou acertado que membros do “Centrão” apresentariam emendas individuais com percentuais diferentes, variando de 50 a 20%.

Medeiros disse que, “por omissão dos outros”, apresentou os trabalhadores já que “é fácil ficar de fora e jogar pedras na Constituinte”.

As várias reuniões foram necessárias devido as propostas diferentes dos grupos. O “Centrão” queria que fosse garantida a proteção ao emprego definida em lei complementar. O “Grupo dos 32” propunha que a relação do trabalho fosse protegida contra despedida arbitrária ou justa causa, na forma da lei. Já o “Centrão” queria estabilidade após doze meses de trabalho e indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço. Os sindicalistas não abriam mão da palavra estabilidade, além de desejar que a indenização fosse retroativa.

O texto aprovado congrega um pouco de cada idéia. Segundo o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), devido ao tempo não foi possível ao “Centrão” calcular qual o impacto da multa para o empregador, daí porque o grupo apresentou emendas com percentuais diferentes dos 50% acordados. Para os deputados Ricardo Flórez (PFL-PE) e Guilherme AfM Domingos (PL-SP), essa ava-

liação era importante para se saber se os empregadores teriam condições de arcar com o passivo trabalhista.

Medeiros afirmou que o seu número é 50%. Proposta nesse sentido foi apresentada pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Os demais grupos e partidos não apresentaram emendas coletivas. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) informou que a bancada liderada pelo senador Mário Covas apresentou cerca de sessenta emendas individuais, que visam apenas a ajustar o texto da Sistematização, por ele considerado bom. Dessas emendas consta a do senador Mário Covas reduzindo de cinco para quatro anos o mandato presidencial.

O número de assinaturas das emendas presidencialista e parlamentarista somadas supera o total de constituintes. Segundo a Agência Globo, a emenda do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que restabelece o sistema presidencialista, conseguiu 348 assina-

naturas. Ao mesmo tempo, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), favorável ao parlamentarismo, conseguiu 345 subscrições. As duas juntas somam 693 apoios, enquanto a Constituinte não tem mais que 559 membros.

Além dessas, somente mais cinco emendas conseguiram, até o final da tarde de ontem, ultrapassar a marca das 200 assinaturas. Uma delas foi a do deputado Matheus Iansen (PMDB-PR), concedendo ao atual presidente da República, José Sarney, cinco anos de mandato. Outras duas dizem respeito à criação de estados. O desmembramento de Minas, para a formação do Estado do Triângulo Mineiro, obteve 337 assinaturas e a formação do Estado de Tapajós, de autoria do deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), conseguiu exatamente 300.

A seguir, a lista dos constituintes que assinaram a emenda Iansen apoiando os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney:

Adamo Pereira, PDS; Adolfo Oliveira, PL; Aécio de Berha, PDS; Agassiz Almeida, PMDB; Agripino de Oliveira Lima, PFL; Airton Sandoval, PMDB; Alarico Abib, PMDB; Alarico Cordeiro, PFL; Alarico Filho, PMDB; Alcécio Dias, PFL; Alexandre Costa, PFL; Alexandre Puryan, PMDB; Alfredo Campos, PMDB; Aloyzio Chaves, PFL; Aloysio Teixeira, PMDB; Aluísio Campos, PMDB; Alvaro Antônio, PMDB; Alvaro Pacheco, PFL; Alvaro Paulistelli, PFL; Amaral Neto, PDS; Amílcar Moreira, PMDB; Angelo Magalhães, PFL; Aníbal Barcellos, PFL; Antônio de Jesus, PMDB; Antônio de Jesus, PMDB; Antônio Ferreira, PFL; Antonio Gaspar, PMDB; Antônio Salim Curiani, PDS; Antonio Ueng, PFL; Azeildo Martins, PMDB; Arnaldo Moraes, PMDB; Arnaldo Pinto, PFL; Azeildo Fioravante, PDS; Azeildo de Oliveira, PFL; Andrubal Bentes, PMDB; Assis Canavo, PFL; Atila Lira, PFL; Aureo Mello, PMDB; Basílio Villani, PMDB; Benito Gomes, PFL; Bezerra de Melo, PMDB; Bonifácio de Andrade, PDS; Bosco Franca, PMDB; Calo Pompeu, PMDB; Cardoso Alves, PMDB; Carlos Alberto, PTB; Carlos Beneditos, PMDB; Carlos de Carli, PMDB; Carlos Sant’Anna, PMDB; Carlos Vinagre, PMDB; Carlos Virgílio, PDS; Carrel Beneditos, PMDB; Chagas Duarte, PFL; Chagas Neto, PMDB; Christovam Chiradada, PFL; Cid Carvalho, PMDB; Cleonáncio Fonseca, PFL; Costa Ferreira, PFL; Dalton Canabrava, PMDB; Darcy Fozza, PDS; Dasso Coimbra, PMDB; Davi Alves Silva, PDS; Dal Bosco Amaral, PMDB; Dêlio Braz, PMDB; Dentar Arneiro, PMDB; Dionísio Dal Prá, PFL; Dionísio Hage, PFL; Dirce Tulu Quadros, PTB; Divaldo Surugny, PFL; Djalma Gonçalves, PMDB; Domingos Juvenil, PMDB; Edson Lobão, PFL; Edvaldo Motta, PMDB; Edme Tavares, PFL; Eduardo Moreira, PMDB; Elio Rodrigues, PMDB; Eliseu Moreira, PFL; Enoc Vieira, PFL; Eraldo Tinoco, PFL; Eraldo Trindade, PFL; Erico Pegoraro, PFL; Erwin Benckow, PMDB; Ezevaldo Nogueira, PFL; Eutício Michiles, PFL; Eválio Gonçalves, PFL; Expedito Machado, PMDB; Esio Ferreira, PFL; Fábio Ranzhette, PTB; Fausto Fernandes, PMDB; Fagundes Rocha, PFL; Felipe Mendes, PDS; Perez Nader, PDT; Fernando Cunha, PMDB; Fernando Gomes, PMDB; Flavio Palmier da Veiga, PMDB; Flavio Rocha, PL; Francisco Amaral, PMDB; Francisco Benjamim, PFL; Francisco Carneiro, PMDB; Francisco Diogenes, PDS; Francisco Sales, PMDB; Furtado Leite, PFL; Gabriel Guerrero, PMDB; Gândi Jamil, PFL; Gastone Righi, PTB; Geovane Bernardino, PMDB; Geovani Amarante, PMDB; Geovani Borges, PFL; Geraldo Fleming, PMDB; Gerson Camata, PMDB; Gerson Marcondes, PMDB; Gerton Pires, PDS; Gidat Dantas, PMDB; Gil Cesar, PMDB; Gilson Machado, PFL; Gustavo de Faria, PMDB; Hélio Costa, PMDB; Hélio Rosas, PMDB; Henrique Eduardo Alves, PMDB; Heráclito Fortes, PMDB; Hilário Braun, PMDB; Homero Santos, PFL; Humberto Lacerda, PMDB; Humberto Souza, PFL; Iberê Ferreira, PFL; Inocêncio Oliveira, PFL; Iraci Rodrigues, PMDB; Iraponi Costa Júnior, PMDB; Ismael Wanderley, PMDB; Ivo Cersostimo, PMDB; Ivo Vanderliane, PMDB; Jairo Carneiro, PFL; Jarbas Passarinho, PDS; Jesus Freire, PFL; Jesuino Cavalcanti, PFL; Jesus Teja, PFL; João Agripino, PMDB; João Alves, PFL; João Calmon, PMDB; João da Mata, PFL; João de Deus Azeites, PDT; João Lobo, PFL; João Machado Rollemberg, PFL; João Mendes, PFL; João Neri, PMDB; João Rêzek, PMDB; Joaquim Kikell, PMDB; Joaquim Saccus, PMDB; Jofran Freije, PFL; Jonas Pinheiro, PFL; Jonival Lucas, PFL; Jorge Arbaje, PDS; Jorge Leite, PMDB; Jorge Viana, PMDB; José Camargo, PFL; José Carlos Cos-

taño, PL; José Carlos Marinho, PMDB; José Carlos Vasconcelos, PMDB; José da Conceição, PMDB; José Dutra, PMDB; José Egreja, PTB; José Elias, PTB; José Elias Murad, PTB; José Fernandes, PDT; José Freire, PMDB; José Geraldo, PMDB; José Jorge, PFL; José Lins, PFL; José Lourenço, PFL; José Luiz Maia, PDS; José Maranhão, PMDB; José Melo, PMDB; José Mendonça Bezerra, PFL; José Moura, PFL; José Queiroz, PFL; José Santosa de Vasconcelos, PFL; José Tavares, PMDB; José Teixeira, PFL; José Thomaz Nonô, PFL; José Tinoco, PFL; José Ulysses de Oliveira, PMDB; José Viana, PMDB; Jovanni Marini, PMDB; João Campos, PFL; João Costamilan, PMDB; Lael Varella, PFL; Leite Chaves, PMDB; Lello Souza, PMDB; Leopoldo Pereira, PMDB; Leui Lomanto, PFL; Levy Dias, PFL; Lourenberg Nunes Rocha, PMDB; Lourival Baptista, PFL; Lucia Viana, PMDB; Luis Eduardo, PFL; Luis Roberto Ponte, PMDB; Luiz Freire, PMDB; Luiz Leal, PMDB; Luiz Marques, PFL; Luiz Sover, PMDB; Magalhães Vilela, PMDB; Maluly Neto, PFL; Manoel Castro, PFL; Manoel Moreira, PMDB; Manoel Ribeiro, PMDB; Manoel Viana, PMDB; Marcia Kubitschek, PMDB; Marcondes Godelha, PFL; Marcos Lima, PMDB; Maria Lúcia, PMDB; Mário Assad, PFL; Mário Bouchard, PMDB; Mário de Oliveira, PMDB; Marluce Pinto, PTB; Matheus Iansen, PMDB; Matheus Leão, PMDB; Maurício Campos, PFL; Maurício Nasser, PMDB; Mauro Beneditos, PMDB; Mauro Miranda, PMDB; Mauro Sampaio, PMDB; Max Rosenmann, PMDB; Meira Filho, PMDB; Melo Freire, PMDB; Mello Reis, PDS; Messias Galis, PFL; Messias Spaver, PTB; Milton Barbosa, PMDB; Milton Lima, PMDB; Milton Reis, PMDB; Miraflores Gomes, PMDB; Moacir Cavalcanti, PFL; Mussa Demes, PFL; Nabor Junior, PDT; Naptum Alves de Souza, PMDB; Narciso Mendes, PDS; Nelson Sabral, PFL; Nestor Duarte, PMDB; Nilson Gibsons, PMDB; Nion Albernaz, PMDB; Nyder Barbosa, PMDB; Odacir Soares, PFL; Olavo Pires, PMDB; Onofre Carrê, PMDB; Orlando Bezerra, PFL; Orlando Pacheco, PFL; Oscar Corrêa, PFL; Osmar Leão, PFL; Osmar Lima, PMDB; Osmano Rebouças, PMDB; Osvaldo Coelho, PFL; Osvaldo Sobrinho, PMDB; Osvaldo Almeida, PL; Osvaldo Trevisan, PMDB; Otomar Pinto, PTB; Paes Landini, PFL; Paulo Marques, PFL; Paulo Mincaroni, PMDB; Paulo Pimentel, PFL; Paulo Roberto, PMDB; Paulo Silva, PMDB; Paulo Zarrur, PMDB; Pedro Coelho, PFL; Rachid Saldanha Derzi, PMDB; Raimundo Bezerra, PMDB; Raimundo Liral, PMDB; Raimundo Resende, PMDB; Raquel Casildo, PFL; Raul Belém, PMDB; Renato Bernardi, PMDB; Renato Johnson, PMDB; Renato Viana, PMDB; Ricardo Fwaz, PFL; Ricardo Izar, PFL; Rita Furtado, PFL; Roberto Augusto, PTB; Roberto Campos, PDS; Roberto Jefferson, PTB; Roberto Rellenberg, PMDB; Roberto Torres, PTB; Roberto Vira, PMDB; Rodrigues Palma, PMDB; Ronaldo Aragão, PMDB; Ronaldo Carvalho, PMDB; Ronaldo Corrêa, PFL; Rosa Prata, PMDB; Rubem Bragança, PMDB; Rubem Medina, PFL; Rubem Figueiredo, PMDB; Ruberval Piletto, PDS; Ruy Nedei, PMDB; Sadie Nauache, PFL; Salustio Carvalho, PFL; Samir Achôa, PMDB; Santinho Furtado, PMDB; Sarney Filho, PFL; Sérgio Brito, PFL; Sérgio Spada, PMDB; Sérgio Waseck, PMDB; Sérgio Abreu, PMDB; Stelio Dias, PFL; Theodoro Mendes, PMDB; Tito Costa, PMDB; Ubiratan Aguiar, PMDB; Ubiratan Spinelli, PDS; Victor Tróvão, PFL; Vilela da Silva, PDS; Vingt Rosado, PMDB; Vinicius Casagrande, PFL; Virgílio Galassi, PDS; Virgílio Távora, PDS; Wagner Lago, PMDB; Waldemar Ornat, PFL.

Covas reúne bancada e começa a ter liderança contestada

por Andrew Greenlees de Brasília

Uma reunião da bancada do PMDB realizada ontem pela manhã acabou representando nova derrota política do senador Mário Covas, líder do partido na Constituinte. Dos 303 parlamentares pemedebistas, compareceram 107 e um destes, o senador paranaense Leite Chaves, defendeu uma “reavaliação” da liderança exercida por Covas. Chaves sustentou que, no momento de se iniciarem as votações definitivas, o partido precisa saber se o seu líder comanda efetivamente a bancada. O senador paranaense prometeu ainda fazer um

levantamento entre os pemedebistas para determinar quem apoia Covas. “O cargo de liderança e da bancada”, limitou-se a comentar o senador paulista, dirigente do grupo “histórico” do PMDB, que se opõe ao “Centrão”. Foi exatamente nesta disputa que Covas assistiu à divisão de sua bancada.

Para deputados ligados a Covas, no entanto, a iniciativa de Leite Chaves tem pouca importância. Maurício Fruet, presidente do PMDB do Paraná, por exemplo, diz que “já ficou provado que Covas tem a maioria da bancada”. Fruet cita como prova a votação do regimento interno da Constituinte, quando

aproximadamente 170 pemedebistas acompanharam o líder. Mesmo assim, o número de presentes à reunião de ontem era menor, mas o deputado do Paraná tinha uma explicação: “A data foi mal escolhida”, disse, acrescentando que se tratava de um dia em que muitos membros do PMDB já haviam viajado para os estados, deixando prontas as emendas constitucionais que foram apresentadas ontem por assessores.

A reunião acabou perdendo qualquer caráter deliberativo por não ter atingido a presença de pelo menos metade da bancada. O objetivo original era discutir a posição do partido

diante das questões polêmicas da Constituinte.

A pesar das dificuldades que Covas enfrenta na liderança do PMDB, membros de seu grupo acreditam que o verdadeiro embate com os pemedebistas de “Centrão” ocorrerá na votação de plenário e em instâncias partidárias superiores, como o diretório nacional, que os “históricos” pretendem convocar para o próximo dia 3.

Mesmo mantendo o seu lado a maior parte da bancada pemedebista na votação do regimento interno, a vitória naquela disputa ficou com o “Centrão”, que conseguiu alterar o texto com o apoio de membros de outros partidos.

O respaldo, segundo Sant’Anna

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), informou ontem à noite ao presidente José Sarney que a emenda do deputado Matheus Iansen (PMDB-PR), pelo mandato presidencial de cinco anos, atingiu 316 assinaturas, garantindo sua votação pelo plenário em regime de preferência. Aprovada (com o mínimo de 200 votos), a emenda tornará sem efeito todas as demais sobre o mesmo assunto, além de substituir o texto aprovado pela Comissão de Sistematização (4 anos).

O deputado Sant’Anna não acredita que, desta vez, o quadro seja revertido no plenário, a exemplo do que aconteceu na Comissão de Sistematização, em 15 de novembro, quando, contrariando seus próprios cálculos, o governo viu seu mandato reduzido para quatro anos. O deputado acha que os constituintes que assinaram a emenda de Iansen (PMDB-PR) não mudarão de idéia. Ele reconhece que as assinaturas não têm valor de voto, mas salienta que a decisão dos constituintes cria “um vínculo da mais alta importância”, conforme relata o repórter Edson Bêa, de Brasília. Sant’Anna entende que os parlamentares assina-

Negociação no Planalto

Depois de receber alterações sugeridas pelo presidente José Sarney, a emenda Nacional Moreira, que propõe o sistema misto de governo, foi apresentada ontem por constituintes ligados ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e um grupo de parlamentares liderado pelos deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Os dois parlamentares estiveram com Sarney no Palácio do Planalto e, segundo Carvalho, o presidente só não declarou ainda publicamente o seu apoio à proposta “para não criar atritos com os outros líderes presidencialistas”.

Segundo a Agência Globo, a principal modificação do texto original, elaborado pelo jurista e assessor de Ulysses, Miguel Reale, prevê que a indicação do primeiro-ministro, pelo presidente da República, dispensa a aprovação da Câmara dos Deputados se for parlamentar em exercício de mandato. Em compensação ele estará sujeito a moção de censura, a ser aprovada pelo maioria absoluta do Congresso em sessão unicameral, desde o momento de sua posse, dispensando o prazo de sete meses previsto na primeira versão do projeto.

Também por sugestão do presidente Sarney, o projeto estabelece que o ministro da

Justiça será o substituto do primeiro-ministro, em caso de impedimentos temporários ou em períodos de vacância do cargo. Pela primeira versão, o substituto seria indicado pelo próprio primeiro-ministro.

Segundo Reale, as sugestões apresentadas por Sarney foram para “pequenas adaptações” e não alteraram o conteúdo do projeto de sistema.

Por o seu apresentação, coordenada pela liderança do PMDB na Câmara, a emenda foi subdividida em dezesseis artigos, quinze no capítulo do Poder Executivo e quatro no do Poder Legislativo, encaminhados como emendas individuais.

tes já estão fora da “área de influência” de seus respectivos governadores. O líder observou que, até a manhã de ontem, 155 das mais de 300 assinaturas eram de parlamentares do PMDB.

O deputado Iansen empenhou seu nome à emenda dos cinco anos, mas o verdadeiro responsável pela mobilização em torno da proposta e pela coleta de

assinaturas foi o líder Carlos Sant’Anna.

Iansen é deputado pelo PMDB do Paraná, pastor evangélico e justifica a quem pede a assinatura para sua emenda com esta frase: “O presidente Sarney não tem culpa. Tudo está escrito na Bíblia”.

Mesmo tendo sido eleito para a Constituinte, Iansen continua sua pregação diária nas duas emissoras de

rádio de sua propriedade, a Murubi, de Curitiba e a Murubi de Florianópolis.

Sua origem política começou na extinta Arena e depois no PDS, até 1962, quando foi candidato derrotado à Assembleia Legislativa paranaense. Dois anos mais tarde o governador José Richa e o então candidato ao governo do estado Alvaro Dias o levaram ao PMDB.

Ulysses vai aos governadores

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, inicia hoje, por Minas Gerais, uma peregrinação pelos estados — que se estenderá até o dia 27, quando começa a votação em plenário —, a fim de conversar com os governadores sobre os rumos finais da Constituinte. Dois assuntos, contudo, estão na pauta das conversações: o mandato presidencial e o sistema de governo. Ulysses vai conversar

isoladamente com cada governador e pretende conhecer a situação do PMDB nos estados. Bem ao seu estilo, o presidente do PMDB quer mais ouvir a posição dos governadores sobre a conjuntura política e menos expor seu ponto de vista: “Como diz o ditado árabe, Deus deu dois ouvidos e uma só boca para que a gente ouça duas vezes antes de falar”, ensinou ele, segundo relata a Agência Globo.

O presidente do PMDB identifica dentro da Constituinte um ciclo de mudança de tendências sobre o sistema de governo e mandato presidencial, mas sempre como uma ligação: “Quando cresce a tese do mandato de cinco anos, imediatamente vê-se o impulso que ganha o parlamentarismo. E, quando se nota a vantagem do mandato de quatro anos para Sarney há uma inclinação para se manter o presidencialismo”. Per-

gustado sobre a sua conclusão a partir dessa análise, Ulysses apenas sorriu.

Ele vem defendendo o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney desde a instalação dos trabalhos da Constituinte.

Hoje, à noite, Ulysses se encontra com o governador de Minas, Newton Cardoso, e há perspectiva de que ele converse também com o ex-governador do estado, Hélio Garcia.

Mobilização com aviões, carros e telefones

Cerca de dez aviões, seis linhas telefônicas, uma frota de carros no trajeto aeroporto-Congresso Nacional e muita saliva gasta durante todo o dia de hoje foram alguns dos instrumentos utilizados pelo “Centrão” na busca das 200 assinaturas que garantem as emendas do grupo a preferência automática na votação em plenário.

A mobilização promovida pelo “Centrão” incluiu ainda pressão dos governadores e das bases eleitorais sobre os constituintes e tomou tal proporção que alterou a rotina da Constituinte nestes dias, normalmente calmos, dedicados às negociações e entrega de emendas à secretaria-geral da mesa da Constituinte.

Nas bases atuaram os líderes das associações comerciais e da UDR. Acionados pelas lideranças do “Centrão”, os representantes dessas entidades ocupavam-se de convencer os constituintes relutantes da importância de assinar as emendas. Se o grupo não atingisse as 200 assinaturas, todo o trabalho de quase dois meses seria jogado no lixo, era o principal argumento usado no trabalho de convencimento.

O deputado mineiro José Geraldo foi encarregado pelo grupo de colher as últimas assinaturas de constituintes que ainda estavam em Brasília. Enquanto o coordenador de mobilização do “Centrão”, deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), ia computando uma a uma as manifestações de apoio recebidas, Ricardo Flórez desde as 14 horas afirmava que a marca das 200 assinaturas já havia sido ultrapassada.

Um acordo com o “Grupo dos 32” sobre o conceito de empresa nacional valeu para o “Centrão” a assinatura do senador Virgílio Távora (PDS-CE) e outras catorze eram aguardadas até as 20 horas.

O governador Henrique Santillo, de Goiás, foi um cabo eleitoral incansável do “Centrão”. Conseguiu as assinaturas de doze membros da bancada do estado, que tem treze constituintes.

E, em contrapartida, o deputado Gláucio Machado denunciava as pressões em contrário que o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, estava fazendo sobre a bancada contra os cinco anos e as emendas do “Centrão”.

“Vamos nos entender”, diz Cardoso

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, afirmou ontem estar “convicto” de que os governadores dos estados do Norte e do Nordeste, com exceção de Alagoas, Bahia e Pernambuco, “apoiam, como eu, um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney”, assinalando que, na reunião que pretende realizar no próximo dia 28 em Belo Horizonte, reunindo todos os mandatários do PMDB, não tem intenção de “fazer qualquer pro-

selitismo quanto a esse assunto”. Salientou que a sua posição está formada — “pelos cinco anos” — e que, no encontro, juntamente com Orestes Quêrcia e Moreira Franco “vamos nos entender”.

Newton Cardoso explicou também que será o colegiado dos governadores estaduais “que vai decidir e dar a palavra final a respeito da polémica da duração do mandato do presidente Sarney”, possivelmente nessa reunião do dia

28. Disse a EBN que, mesmo sendo favorável aos cinco anos, aceitará “a posição da maioria, caso ela sair dos maiores prevalênciam”.

Sobre a visita que o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, lhe fará hoje à noite, no Palácio das Mangabeiras, o governador mineiro declarou que, nas conversas, “o tema mais importante será a necessidade de preservar a unidade do partido”.

“Vou, sobretudo, chamar a atenção do doutor Ulysses para a necessidade de o PMDB ter uma proposta econômica, além de com ele também abordar os temas nacionais mais palpitantes”, prosseguiu Newton Cardoso, frisando que, entre eles, considera prioritário “o processo de aceleração da votação da nova Constituição e a pacificação interna pemedebista”. Afirmou que o partido, em Minas Gerais, “está em paz”.